

Publique-se Inclua-se em pauta por whi A, sessoes Vanderiel Macris - Presidente

de 2000

99/2000

Recebido na Secretaria Geral Parlamentari horas .

minutos

Senhor Presidente

Tenho a honra de encaminhar, por intermédio de Vossa Excelência, à alta deliberação dessa egrégia Assembléia, o incluso projeto de lei complementar que institui Gratificação por Atividade Técnico-Administrativa e por Trabalho Educacional – GATAE para os servidores que especifica do Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza", e dá outras providências.

Tal como proposto, a gratificação será concedida aos servidores, em efetivo exercício, do referido órgão, abrangendo, na forma discriminada no artigo 1º, tanto os integrantes das classes não docentes quanto os Docentes e Auxiliares de Magistério de 2º e 3º Graus, quando em jornada de 40 horas semanais de trabalho.

Em conformidade com outras medidas análogas, prevê-se que a lei retroaja a 1º de junho do ano em curso.

É mais uma iniciativa do Governo com o propósito de dar apoio aos setores educacionais da Administração estadual, dentro das possibilidades financeiras oferecidas pelo Erário.

Assim justificada a proposição, e solicitando, em face de sua natureza, que se dê regime de urgência a sua tramitação, com esteio no artigo 26 da Constituição do Estado, submeto o assunto ao exame

dessa nobre Casa Legislativa.



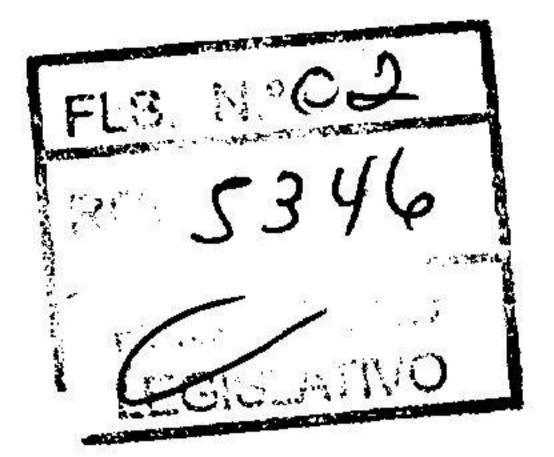
SERVIÇO DE REGISTRO E PROTOCOLO LEGISTRO Autura 108 folhas

S



alta consideração.

- 2 -



Reitero a Vossa Excelência os protestos de minha

Mário Covas GOVERNADOR DO ESTADO

A Sua Excelência o Senhor Deputado Vanderlei Macris, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado.



FLS. N.º 03

RGL. S346

PROPOCIOLO

LEGISLATIVO

Lei Complementar n°

de de

de 2000

Institui Gratificação por Atividade Técnico-Administrativa e por Trabalho Educacional — GATAE para os servidores que especifica do Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza", e dá outras providências.

O Governador do Estado de São Paulo:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei complementar:

Artigo 1º - Fica instituída Gratificação por Atividade Técnico-Administrativa e por Trabalho Educacional – GATAE aos servidores, em efetivo exercício, do Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza", na seguinte conformidade:

I – para os integrantes das classes não docentes:

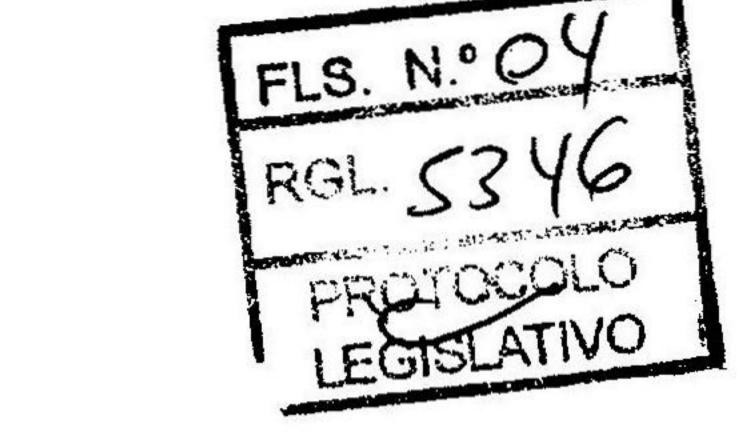
1. R\$ 60,00 (sessenta reais) quando em jornada de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho;

2. R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais) quando em jornada de 30 (trinta) horas semanais de trabalho; e

3. R\$ 30,00 (trinta reais) quando em jornada de 20 (vinte) horas semanais de trabalho;







II – para os Docentes e Auxiliares de Magistério de 2º e 3º Graus, R\$ 80,00 (oitenta reais) quando em jornada de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho.

Parágrafo único — O valor da hora-aula devido aos Docentes e Auxiliares de Magistério de 2° e 3° Graus, para os fins desta lei complementar, corresponderá a 1/200 (um duzentos avos) sobre o valor fixado no inciso II deste artigo, sendo aquele parâmetro limite na determinação do valor da Gratificação por Atividade Técnico-Administrativa e por Trabalho Educacional — GATAE a ser percebida pelo servidor.

Artigo 2º - A Gratificação por Atividade Técnico-Administrativa e por Trabalho Educacional – GATAE não se incorporará aos vencimentos e salários para nenhum efeito, bem como não será considerada para cálculo de quaisquer vantagens pecuniárias, exceto no cômputo do décimo terceiro salário, nos termos do § 1º do artigo 1º da Lei Complementar nº 644, de 26 de dezembro de 1989, das férias e do acréscimo de 1/3 (um terço) das férias.

Artigo 3º - Sobre o valor da Gratificação por Atividade Técnico-Administrativa e por Trabalho Educacional — GATAE incidirão os descontos previdenciários e de assistência médica devidos.

Artigo 4° - Fica incluído o inciso III ao artigo 2° da Lei Complementar nº 875, de 4 de julho de 2000, na seguinte conformidade:

"III – aos servidores da autarquia de regime especial Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza"."





3 -



Artigo 5° - As despesas resultantes da aplicação desta lei complementar serão cobertas com as dotações próprias do orçamento vigente, ficando o Poder Executivo autorizado a abrir, para o corrente exercício, créditos suplementares até o limite de R\$ 4.503.200,00 (quatro milhões, quinhentos e três mil e duzentos reais), mediante a utilização de recursos nos termos do § 1° do artigo 43 da Lei federal n° 4320, de 17 de março de 1964.

Artigo 6º - Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2000.

Palácio dos Bandeirantes, aos de 2000.

de

Mário Covas

9
5346
0

Nos termos do ítem 1, parágrafo único do artigo 148, da IX Consolidação do Regimento Interno, a presente proposição esteve em pauta no dia correspondente à 129^a Sessão Ordinária (de 12/9/00, tendo recebido 5 emendas e 1 substitutivos que seguem juntados às fls. de n°s 10 a 18.

DOL, 12/9/00.